

Cursos a distância
com tutoria - gratuitos
Pré-matrícula até 17/5/2015



Conheça todos os cursos em
www.senado.leg.br/ead
Servidores do Poder Legislativo terão prioridade

Curso: de 1/6 a 10/7/2015 - Informações: ilbead@senado.leg.br ou (61) 3303-1395



JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.296 — Brasília, segunda-feira, 11 de maio de 2015



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Funcionários pedalam em direção ao Senado: meio de transporte alivia o trânsito e não polui

Servidores da Casa participam de "bicicletaço"

Funcionários do Senado usaram a bicicleta para ir ao trabalho na sexta passada. A ação fez parte do Dia de Bike ao Trabalho, que ocorre em várias partes do

mundo com o objetivo de incentivar o uso rotineiro da bicicleta como meio de transporte. Este foi o terceiro ano em que os servidores fizeram o "bicicletaço". **2**

Pauta desta semana inclui modernização do Código Penal

Com pedido de urgência, proposta que modifica lei criminal do país deverá ser votada no Plenário amanhã, em sessão extraordinária

A proposta partiu de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas no Senado. O texto elimina tipos penais ultrapassados, criminaliza condutas e modifica penas.

Também deverão ser votados no Senado o projeto que trata dos terrenos de marinha e a proposta que institui o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. **3**

Senadores discutem direito de greve dos funcionários públicos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa fará na manhã de hoje uma audiência pública para debater o direito de greve dos servidores públicos. De acordo com a Constituição, todo trabalhador tem direito a

recorrer à greve como instrumento de pressão para exigir melhores condições trabalhistas. A greve na iniciativa privada tem regras específicas. No setor público, porém, o direito até hoje não foi regulamentado. **4**

Servidores do Ministério Público da União fazem greve em Brasília: paralisação do setor público ainda não tem regras



Volter Campanaty/ABR

CPI do Assassinato de Jovens define hoje plano de investigação **3**

Indicado para o STF, Fachin passará amanhã por sabatina **4**

ACONTECEU NO SENADO

Plenário aprova texto que garante direitos a domésticas

Entre as decisões do Senado mais importantes da semana passada, está a regulamentação dos direitos dos empregados domésticos. A aprovação foi na quarta-feira. No dia seguinte, o Congresso promulgou a emenda que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos ministros do STF. **4**



Renan conduz sessão que tratou do emprego doméstico

Audiência pública terá como tema a efetividade da Lei Maria da Penha **3**

Ministro das Comunicações explicará migração para TV digital **3**

Pelo 3º ano consecutivo, funcionários da Casa aderiram ao Dia de Bike ao Trabalho, criado nos Estados Unidos. Objetivo é estimular o uso desse tipo transporte, que não polui nem causa engarrafamentos

Servidor do Senado participa de movimento pró-bicicleta

PELO TERCEIRO ANO, servidores chegaram na sexta-feira ao Senado pedalando para marcar o Dia de Bike ao Trabalho. O evento mundial busca promover o uso rotineiro da bicicleta. No Brasil, ocorre toda segunda sexta-feira de maio.

Os servidores do Senado se encontraram às 8h na praça do Museu da República e seguiram de lá até o Congresso. Em seguida, reuniram-se para discutir propostas que serão encaminhadas à administração do Senado — como a criação de uma ligação às ciclovias da Esplanada dos Ministérios e das Vias L2 Sul e Norte.

— O problema é que, quando chegam à zona central da cidade, as ciclovias sofrem um apagão. Faltam ligações entre as áreas residenciais e os locais onde as pessoas trabalham. Caso não haja uma forma de as bicicletas passarem pelo centro, onde há uma competição feroz entre carros, ônibus, pedestres e caminhões, o uso da bicicleta continuará a ser



Funcionários do Senado se reúnem para irem juntos de bicicleta para o trabalho

algo heroico — afirma Fábio Liberal, diretor da Secretaria de Informação Legislativa.

Sob a coordenação de Demomar Rosado, integrante da Comissão Senado Verde e responsável pelas ações do Senado na área de mobilidade, os participantes do “bicicletaço” conheceram o projeto do Espaço do Ciclista da Casa, previsto em proposta que recebeu parecer favorável da Mesa Diretora (PRS 19/2014).

— A ideia é passar uma mensagem de apoio ao uso da bicicleta e de formas alternati-

vas de transporte — afirmou.

Rosado anunciou que em breve haverá estímulos à carona solidária por servidores do Senado: carros que trouxerem no mínimo três servidores terão direito a vagas especiais.

O Senado já autorizou a instalação de paraciclos nos edifícios do Prodasen e do Interlegis, no estacionamento da L4 Norte e no acesso ao edifício principal, além do uso de vestiários.

O Dia de Bike ao Trabalho começou nos Estados Unidos em 1956 e chegou ao Brasil em 2013.

Paulo Paim saúda todas as mães pela passagem do seu dia

Paulo Paim (PT-RS), em homenagem ao Dia das Mães, destacou que elas são merecedoras de total apreço, sejam brasileiras ou de qualquer lugar do mundo, de todas as origens étnicas, as que trabalham ou empreendem, as que já partiram, as de hoje e as do futuro, as que acalentam o sonho de ser mãe.

— Só as mães sabem explicar o que é ser mãe. Mesmo que tentasse, seria impossível adentrar neste universo. Então me resta navegar, acolher a suavidade, a ternura, os sentimentos dessas mulheres.



Pedro França/Agência Senado

Ana Amélia exalta mães que superam dores e dificuldades

Ana Amélia (PP-RS), celebrando o Dia das Mães, lembrou de Daniela Franco, que luta na Justiça para ser ressarcida pela compra do medicamento da filha, diagnosticada com síndrome de Sanfilippo; e da venezuelana Rosa Orozco, que teve a filha assassinada em um protesto em Caracas e relatou o drama em audiência pública.

— O que mais me impressionou foi que essa dor ela transformou numa espécie de vigor para a luta, para que outras mães não percam os filhos da mesma forma trágica.



Pedro França/Agência Senado

Medeiros defende construção de aeroportos regionais

José Medeiros (PPS-MT) apontou as dificuldades no transporte aéreo regional como obstáculo ao desenvolvimento do interior do país.

Ele analisou o andamento do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar) e considerou urgente a construção dos 270 aeroportos regionais previstos e o aumento de rotas incluindo as médias e pequenas cidades.

— Para dar efetividade ao Pdar, é indispensável levar a cabo a construção dos aeroportos. É uma questão estratégica.



Pedro França/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão para debates

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

CDH Direito de greve

9h Audiência pública para debater o direito de greve com representantes de sindicato, ministérios e servidores públicos.

CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS Plano

19h30 A comissão que vai investigar o assassinato de jovens no país se reúne para apresentação do plano de trabalho.

CCT Ministro das Comunicações

9h Audiência pública interativa com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para debater a agenda e as prioridades do ministério para o biênio 2015–2016.

CDH Lei Maria da Penha

9h Audiência para debater pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a Lei Maria da Penha.

CMA Serviços de telecomunicações

9h Na pauta, texto que obriga a apresentação de informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações.

CAE Ministro do Desenvolvimento

10h Audiência pública com o ministro Armando Monteiro sobre as diretrizes do ministério para 2015.

CCJ Sabatina para o STF

10h Sabatina de Luiz Edson Fachin, indicado para substituir o ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal.

CE Bolsa-Permanência

11h Entre os 12 itens da pauta, projeto que cria o Programa Bolsa-Permanência Universitária e o que trata do rateio do direito de arena dos atletas profissionais.

CMO Crédito extra para Telebras

14h A Comissão Mista de Orçamento tem reunião deliberativa para apreciar a medida provisória que abre crédito extra para a Telebras.

MP 671/2015 Futebol

14h Comissão que analisa a modernização do futebol faz audiência pública com representantes de clubes das Séries A e D do Campeonato Brasileiro.

QUARTA

CI Painéis fotovoltaicos

8h30 O PLS 167/2013, que reduz alíquotas de tributos de painéis fotovoltaicos e similares, é um dos itens da pauta da Comissão de Infraestrutura.

CAS Moradias para idosos

9h Na pauta, entre outros, o PLC 52/2011, sobre reserva de habitações para idosos pobres nos programas de moradia.

CDR ICMS

9h Audiência discute o PRS 1/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

CCJ Voto majoritário

10h A PEC 90/2011, que institui sistema eleitoral majoritário na eleição a deputado federal, é um dos itens da pauta.

CE Financiamento da educação

10h30 Segundo debate, com representantes do Ministério da Educação, do ciclo sobre financiamento da educação básica.

CDR Alíquota do ICMS

14h Audiência sobre projeto que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações interestaduais. Entre os convidados, representantes do Ministério da Fazenda.

MP 671/2015 Séries B e C do futebol

14h A comissão que analisa a MP do Futebol, sobre modernização da gestão do esporte, ouve representantes das Séries B e C do Campeonato Brasileiro.

CMMC Gestão da água

14h30 Audiência sobre gestão de recursos hídricos com os ministros da Integração Nacional e das Cidades e o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas.

CPI DAS PRÓTESES Debate

9h Debate, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sobre práticas irregulares no mercado de próteses.

CDH Terceirização

9h Audiência interativa sobre o tema “A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo”.

CPI DAS PRÓTESES Audiência

9h A CPI ouve, em Porto Alegre, convocados sobre práticas irregulares e possíveis crimes relacionados no mercado de próteses e órteses.

QUINTA

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário fará sessão extraordinária para votar novo Código Penal

Proposta que moderniza lei criminal foi originalmente redigida por uma comissão de juristas no Senado e deve ser votada amanhã

A PAUTA DO Plenário desta semana inclui o projeto de reforma do Código Penal brasileiro, a PEC da Segurança Pública e as novas regras do parcelamento dos terrenos de marinha. Além disso, deve chegar ao Senado a Medida Provisória (MP) 665/2014, que faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo e que já foi aprovada pela Câmara.

Depois de lida, a MP 665 passa a trancar a pauta de votações do Plenário. Fonte de polêmica no Congresso, ela restringe o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, ao abono salarial e ao seguro-defeso.

Está marcada para a quinta-feira, às 11h, uma sessão temática para a discussão do projeto que regulamenta e expande a terceirização no país. A proposta (PLC 30/2015) está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e também deve enfrentar resistências e receber alterações.

Urgência

O projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) deve ser votado em sessão extraordinária amanhã. Com a aprovação do pedido de urgência, de iniciativa dos líderes partidários, a proposta, que tramitava desde dezembro na CCJ, vai agora para a deliberação em Plenário.

A proposta tem por base o anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas instalada em 2011 no Senado, com o objetivo de atualizar o Código Penal, que é de 1940.

O texto amplia a pena mí-



Presidiários em Recife: projeto que deverá ser votado no Senado cria tipos penais, descriminaliza condutas e muda penas

nima para o crime de homicídio, torna a corrupção crime hediondo e tipifica os crimes de terrorismo e caixa dois. A proposta se opõe ao aborto, propõe a harmonização de penas para os crimes contra os animais e aumenta o rigor nos crimes contra a gestão pública.

A PEC 33/2014 inclui na Constituição a segurança pública como obrigação de competência comum da União, dos estados e dos municípios. O objetivo é gerar responsabilidade na definição de políticas que possam trazer mais segurança. A proposta deverá passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário. Para ser aprovada, deverá receber votos favoráveis de três quintos do Senado.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 12/2015, que trata do parcelamento de terrenos

de marinha e da remissão de dívidas patrimoniais com a União, será votado em regime de urgência, atendendo a um requerimento do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O texto é do Executivo.

De acordo com Ferraço, o projeto que foi acordado entre o governo e a Câmara simplifica processos, reduz encargos e torna mais transparente e justo o instituto dos terrenos de marinha. A medida pode beneficiar 10 milhões de brasileiros.

Campanha eleitoral

Constam da pauta também projetos da reforma política, como o PLS 268/2011, do ex-senador José Sarney, que estabelece o financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais; e o PLS 60/2012, da senadora Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM), com substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que proíbe doações de empresas em dinheiro ou por meio de publicidade a candidatos e partidos.

Está prevista ainda a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 279/2012, do ex-senador Cyro Miranda, que trata da Lei Orgânica da Assistência Social. O Plenário deve votar a redução da idade mínima para o idoso carente solicitar à Previdência Social o benefício de prestação continuada.

Deve ser analisado o PLC 13/2013, que prevê para engenheiros, arquitetos e agrônomos que ocupam cargos efetivos no serviço público o reconhecimento das carreiras como essenciais e exclusivas de Estado. O projeto é do deputado José Chaves (PTB-PE).

Audiência debate resultados da Lei Maria da Penha

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência interativa amanhã para debater pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). A audiência foi pedida por Ângela Portela (PT-RR). A pesquisa, divulgada em março, mostra que o índice de homicídios de mulheres diminuiu 10% desde que a lei foi promulgada, em setembro de 2006.

A lei é fruto da luta da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes para colocar o ex-marido na cadeia. Ele tentou matá-la duas vezes em 1983, a primeira vez com um tiro nas costas, que a deixou paraplé-gica. Outra vez, derrubou-a da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la. Ele foi julgado e condenado em 2002.

Foram convidados Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, do Ipea, e Aparecida Gonçalves, secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

ACOMPANHE E PARTICIPE

AMANHÃ, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

CPI do Assassinato de Jovens define plano de ação

O relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada no Senado para elucidar o assassinato de jovens no Brasil, Lindbergh Farias (PT-RJ), apresenta hoje o plano de trabalho que conduzirá as investigações. A CPI foi criada por iniciativa de Lídice da Mata (PSB-BA), escolhida presidente do colegiado. O vice é Paulo Paim (PT-RS).

No momento em que o Senado inicia as investigações, está em andamento na Câmara dos Deputados uma CPI sobre o assassinato de jovens negros, razão pela qual Lídice deseja promover um encontro entre os dois colegiados para troca de informações.

A senadora deseja também que sejam organizadas ações conjuntas nas investigações que forem de interesse de

ambas as comissões.

A CPI do Assassinato de Jovens pretende ouvir especialistas em segurança pública e direitos humanos, assim como famílias de jovens assassinados, a fim de traçar um mapa das cidades com mais casos de homicídios desse grupo e buscar identificar as razões do crescimento dessa violência.

A comissão tem o prazo

de 180 dias para encerrar os trabalhos e deverá reunir-se às segundas-feiras, às 19h30.

Para ampliar a possibilidade de acesso da população aos trabalhos da comissão parlamentar, já está disponível na rede social Facebook a página CPI dos Jovens, destinada àqueles que desejam enviar informações ou manifestar-se sobre os trabalhos do colegiado.



Lídice da Mata preside a CPI, que tem Lindbergh Farias como relator

Presidência do Senado divulga nota sobre promulgação da Emenda 88

A Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou nota na sexta-feira sobre a promulgação da Emenda Constitucional 88, ocorrida no dia anterior. Veja a íntegra: "O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, não emitiu nenhum comentário ou opinião no que tange à regulamentação da emenda constitucional promulgada no dia de ontem (8/5/2015).

O Congresso Nacional fará a regulamentação do tema, mas o senador, como presidente de uma instituição, não antecipou nenhum juízo em torno do assunto, sendo improcedentes as ilações atribuídas ao senador em alguns noticiários sobre supostas sabatinas.

O controle da constitucionalidade compete, privativamente, ao Supremo Tribunal Federal, que é a corte constitucional do país."

Berzoini fala sobre regulação da mídia e prioridades do ministério

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, apresentará amanhã, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), prioridades para o biênio 2015-2016. O debate foi requerido pelo presidente da CCT,

Cristovam Buarque (PDT-DF), que espera informações sobre a regulação econômica da mídia, migração da TV para o formato digital e a exploração da faixa de 700 mega-hertz pela telefonia móvel.

Direito dos servidores públicos está previsto na Constituição, mas até hoje não foi regulamentado. Participarão do debate representantes de sindicatos e do governo

Comissão debate hoje greve no serviço público

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje, às 9h, uma audiência pública para debater o direito de greve, com destaque para a ainda pendente regulamentação do uso desse instrumento de luta sindical no setor público. A audiência foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão.

Foram convidados dirigentes de centrais sindicais e sindicatos que representam categorias de servidores federais, como a dos empregados do Banco Central e a dos auditores da Receita. Pelo Ministério do Planejamento, deve participar um representante da Secretaria de Relações

de Trabalho no Serviço Público.

No Brasil, o direito é assegurado por dispositivo constitucional a todo trabalhador. Contudo, passados 27 anos de vigência da Constituição, a utilização desse instrumento trabalhista no setor público ainda não foi regulamentado.

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a omissão legislativa quanto ao dever constitucional em editar a lei para o serviço público. Ao mesmo tempo, determinou que, enquanto perdurar a lacuna legislativa, seja aplicada às paralisações no setor público a lei que dá esse direito ao setor privado.

Pela lei em vigor para

a iniciativa privada, o empregador ou a entidade patronal têm de ser avisados sobre as greves com 72 horas de antecedência nas atividades essenciais (transportes e saúde, por exemplo). Nas demais atividades, são 48 horas.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR



Servidores do Judiciário protestam em Brasília: regulamentação do direito de greve será discutido

Indicado ao STF, Fachin será sabatinado amanhã

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) se reúne amanhã, às 10h, para sabatar Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff para substituir Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF). De todo o país, as pessoas poderão enviar informações ou perguntas a serem feitas ao indicado por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

Há duas semanas, Alvaro Dias (PSDB-PR), relator, apresentou parecer favorável à indicação, concluindo que Fachin reúne formação, experiência profissional e demais atributos necessários ao exercício do cargo de ministro do STF. Foi quando o presidente do colegiado, José Maranhão (PMDB-PB), concedeu vista coletiva.

Encerrada a sabatina, a indicação de Fachin será submetida aos 27 senadores da comissão, em votação secreta. O resultado será enviado ao Plenário do Senado, que o ratificará ou não.

Gaúcho, Fachin estudou e fez carreira profissional no Paraná. Professor titular da Universidade Federal do Paraná, fez mestrado e doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-doutorado no Canadá

e é pesquisador convidado do Instituto Max Planck, da Alemanha.

No relatório, Alvaro Dias frisou que a indicação tem o respaldo de comunidades jurídicas de todo o país, sendo apoiada por juristas, advogados, magistrados, docentes e associações de classe na área do direito.

O nome de Fachin, no entanto, não é consensual na CCJ. Ao manifestar-se sobre a indicação, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apontou irregularidades, afirmando que o indicado exerceu advocacia privada quando já era procurador do Paraná, o que, no seu entendimento, contrariava a lei estadual. Alvaro argumentou que Fachin tomou posse no cargo de procurador antes da entrada em vigor da Constituição estadual de 1989, não estando sujeito à proibição de advogar. José Pimentel (PT-CE) disse haver decisão do STF pacificando a questão.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Aécio Neves (PSDB-MG) defenderam a realização de audiências antes da sabatina, para que esse e outros questionamentos pudessem ser esclarecidos, mas a maioria rejeitou a ideia, preferindo questionar Fachin durante a reunião.

ACONTECEU NO SENADO



Paulo Cinquenti/Agência Senado

Domésticos têm agora, garantidos por lei regulamentada, direitos com o FGTS obrigatório

Senado aprova regulamentação de direitos dos domésticos

■ O Plenário aprovou projeto que regulamenta direitos dos trabalhadores domésticos na quarta-feira. Com o texto (PLS 224/2013), despesas com empregados passam a poder ser deduzidas no Imposto de Renda, o FGTS se torna obrigatório, a contribuição patronal ao INSS cai para 8% e a compensação de horas extras pode ser feita em até um ano, entre outras medidas.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

■ Na quinta-feira, o Congresso promulgou a Emenda 88, que sobe de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal, das demais cortes superiores e do Tribunal de Contas da União.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

MAIOR APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM

■ O Senado rejeitou na terça-feira a emenda da Câmara ao projeto da Lei de Arbitragem, que amplia a aplicação desse método extrajudicial de solução de conflitos. O Senado restabeleceu o texto original, que foi para a sanção.

CRIADA CPI PARA INVESTIGAR OS FUNDOS DE PENSÃO

■ Foi criada na quarta-feira a CPI dos Fundos de Pensão. O colegiado vai investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de fundos de previdência em sociedades de economia mista e empresas estatais. Fundos como Petros, Postalís e Previ tiveram prejuízo em 2014.



Pedro França/Agência Senado

VENEZUELANOS FALAM SOBRE SITUAÇÃO DO PAÍS

■ Na quinta-feira, duas comissões do Senado debateram a situação política e de direitos humanos na Venezuela. A Comissão de Relações Exteriores ouviu as mulheres de líderes opositores presos. A Comissão de Direitos Humanos recebeu o defensor do Povo da Venezuela, Tarek William Saab.

DEBATE FOCA QUESTÕES TRABALHISTAS NO FUTEBOL

■ A comissão mista que analisa a MP do Futebol (MP 671/2015) fez duas audiências semana passada. Na terça-feira, debateu a situação financeira e estrutural dos clubes de futebol. Na quarta, ouviu representantes de sindicatos da área esportiva. Os convidados chamaram a atenção para os problemas trabalhistas do futebol e lamentaram que a MP não toque no assunto.

Jefferson Ruy/Agência Senado



MEDIDAS AVANÇAM NO CONGRESSO

■ Na terça-feira, a comissão da MP 663/2014 aprovou o relatório de Ataídes Oliveira (PSDB-TO). A MP aumentou em R\$ 50 bilhões o limite de recursos relativos à subvenção ao BNDES. A MP 664/2014, que alterou as regras para da pensão por morte e do auxílio-doença, também foi aprovada em comissão. O relatório é do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Na quarta, a comissão da MP 668/2015 aprovou o relatório. A MP elevou o PIS-Pasep e a Cofins da importação de bens.

DIVERGÊNCIAS SOBRE O ABORTO

■ A proposta de interrupção voluntária da gravidez até as 12 primeiras semanas de gestação, pelo SUS, criou divergências durante audiência na Comissão de Direitos Humanos, na terça-feira. O debate foi solicitado por Paulo Paim (PT-RS) e Magno Malta (PR-ES).

VIOLÊNCIA POLICIAL NO PARANÁ

■ A Comissão de Direitos Humanos discutiu na quarta-feira a violência policial contra professores do governo do Paraná, ocorrida em 29 de abril. No debate, a comissão recebeu pela internet 400 mensagens criticando o governador e a falta de diálogo com os servidores.